



UNIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
LICENCIATURA EM LETRAS/PORTUGUÊS**

MARIA DIONE DA SILVA

EJA E OS DESAFIOS DO ENSINO DA LINGUA PORTUGUESA

JOÃO PESSOA

2022.1

MARIA DIONE DA SILVA

EJA E OS DESAFIOS DO ENSINO DA LINGUA PORTUGUESA

Artigo Científico, desenvolvido na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC e apresentado ao Curso Letras Língua Portuguesa da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a conclusão do Curso.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Miguel de Lima Silva

João Pessoa

2022.1

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Maria Dione.

EJA e os desafios do ensino de língua portuguesa. /
Maria Dione Silva. - João Pessoa, 2022.
022 f.

Orientador : Henrique Miguel de Lima Silva.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2022.

1. EJA (Educação de Jovens e Adultos). 2. Desafios.
3. Ensino. I. Silva, Henrique Miguel de. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 374.7

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA DIONE DA SILVA

EJA E OS DESAFIOS DO ENSINO DA LINGUA PORTUGUESA

:

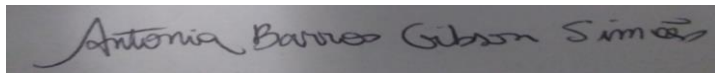
Artigo científico aprovado, como requisito parcial à obtenção do grau de licenciado (a) em Letras Português pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, pela seguinte banca:

Aprovado(a) em 30/06/2022

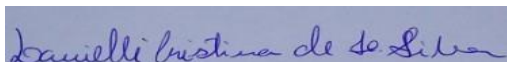
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Henrique Miguel de Lima Silva
(Orientador)



_Dra. Antônia Barros Gibson Simões
(1 a. Examinadora)



Me. Danielli Cristina de Lima Silva.
(2 a. Examinadora)

MARIA DIONE DA SILVA
Prof. Dr. Henrique Miguel de Lima Silva (Orientador)

RESUMO:

O Brasil é um país que tem uma alta evasão escolar, resultando em uma quantidade considerável de pessoas sem ter ao menos o primeiro grau completo. O presente artigo tem como objetivo enaltecer a importância do ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para as pessoas que não conseguiram concluir seus estudos no tempo estimado, analisar as possibilidades de ampliar e/ou melhorar a qualidade do ensino da leitura e escrita desses alunos, através de atividades que despertem o interesse e a permanência no período das aulas. Esse estudo permite vislumbrar a melhoria e o desenvolvimento lexical dos alunos (as) do ensino da EJA, especificamente na vertente que estuda a variação do léxico voltado para a leitura, escrita e compreensão textual. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, e os resultados obtidos destacam a realidade do tema proposto.

Palavras-chave: EJA, desafios, Ensino.

ABSTRACT:

Brazil is a country that has a high school dropout rate, resulting in a considerable amount of people without having at least completed elementary school. This article aims to highlight the importance of teaching Youth and Adult Education (YAE – EJA in Portuguese) for people who were unable to complete their studies in the estimated time, to analyse the possibilities of expanding and/or improving the quality of reading and writing teaching of these students, through activities that arouse interest and permanence during the class period. This study allows us to glimpse the improvement and lexical development of students in the teaching of YAE, specifically in the aspect that studies the variation of the lexicon focused on reading, writing and textual understanding. The method used was a bibliographic research, and the results obtained

Keywords: EJA, challenges, Teaching.

1- INTRODUÇÃO

Os resultados sugerem a relevância da existência de políticas públicas e educacionais eficazes com oportunidades múltiplas em efetiva educação a todos que estão à margem do saber, reduzindo o índice de analfabetismo, enfim, é preciso haver maior investimento em relação a esta etapa educacional, aos métodos utilizados na alfabetização e na visão dos alfabetizadores no desempenho educacional.

A EJA impõe um novo modo de repensar o papel do Estado em implantar políticas públicas e educacionais condizentes às necessidades da clientela, ofertando propostas de inclusão social e metodologias agregadas à realidade das escolas, pois, esse público se encontra fora do ambiente escolar há bastante tempo e a escolarização possibilita um diferencial no mercado numa possível ascensão social.

Com base nisso, o intento desse artigo é analisar as possibilidades de ampliar e/ou melhorar a qualidade do ensino da leitura e escrita aos alunos da EJA. Através de atividades que despertem o interesse do aluno (a) e sua permanência no período das aulas. E temos como objetivos secundários: Ampliar as habilidades de leituras e escritas no ensino da EJA, através da interdisciplinaridade; Compreender as fragilidades da leitura e escrita dos alunos. Verificar algumas estratégias que podem ser utilizadas no ensino que possibilitem uma maior compreensão no ato de ler e escrever.

Acreditamos que esse estudo permite vislumbrarmos a melhoria e o desenvolvimento lexical dos alunos (as) do ensino da EJA, especificamente na vertente que estuda a variação do léxico voltado para a leitura, escrita e compreensão textual. Além de contribuir para o alargamento dos estudos da Área de Linguagem, precisamente aos educadores que trabalham nessa modalidade de ensino. Área que infelizmente mesmo na existência de uma Lei, ainda há muito que se repensar no que tange a qualidade desse modelo de ensino. Vê-se mais teorias que prática no ato de executar.

Selecionamos os teóricos que embasam esse estudo. Centrei-me nas leituras de: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 26ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. PILETTI, N. **Psicologia Educacional**. São Paulo: Ática, 1988. SALTINI, CLÁUDIO. **Afetividade e inteligência**. Rio de Janeiro: Wak, 2008. ARROYO, M. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, Nilma Lino e SOARES, Leôncio (Orgs). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006. BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. (2005). Parecer CNE/CP n.º5, de 13 de dezembro de 2005. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/>>. Acesso em: 02 fev. 2019. IBGE/INEP. *Analfabetismo no Brasil*. Disponível em: <<http://www.portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 30 jan. 2019. Entre outros.

2- PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O ensino da EJA- Educação de Jovens e Adultos, assim como todas as modalidades educacionais, está fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, precisamente no Art. 22, na Lei de nº 9.394/96, que deixa explícito, tanto a questão da idade mínima para o ingresso nesse ensino para o ensino Fundamental (a partir de 15 anos), quanto para Médio (a partir de 18 anos). O Art. diz exatamente que:

Está prevista a Educação de Jovens e Adultos – EJA, classificada como parte integrante da Educação Básica, sendo, portanto, dever do Estado disponibilizar vagas nessa modalidade de ensino aos que não foram escolarizados na idade considerada como correta. Antes, porém, é necessário analisar, mesmo que de forma breve, a história da Educação de Jovens e Adultos (LDB nº 9.394/96).

De acordo com o Art. 22, exposto acima pode-se perceber que através dessa lei fica claro a obrigatoriedade dos governantes, quer seja na esfera municipal, estadual, implantar e disponibilizar a execução da EJA, para atender a esses jovens ou

adultos que por alguma razão ou motivo, deixaram de estudar na idade considerada certa, e que hoje encontram-se desprovidos de estudos. Desse modo, em observância a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Realizaremos um percurso histórico da educação voltada para essa modalidade de ensino, bem como suas consequências, vantagens e desvantagens.

2.1-- CONTEXTO HISTÓRICO DA EJA

Partindo do princípio histórico, a EJA é necessariamente considerada como componente integrante através da história da educação em nosso país, considerada também como uma das áreas importantes, que se preocupa em empreender vários esforços, em função da democratização do direito e/ou acesso a escolaridade, desde o período de 1940, mesmo já havendo citação na Constituição Federal desde 1934.

No ano de 1942, foi criado o FNEP (Fundo Nacional de Ensino Primário), que visava acabar com analfabetismo no país, porém, a problemática da distância da escola na vida de alguns cidadãos e cidadãs, tornava-se crescente constantemente. Entre os anos de 1942 a 1958, várias Campanhas foram criadas com a mesma finalidade, entre elas podemos destacar a do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha Rural, que teve início nos anos de 1952 e por fim a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958.

Dando sequência a esse histórico, relembremos os tempos da Ditadura Militar, que aconteceu entre os anos de 1960 a 1970 e que nesse período foi criado um Movimento Brasileiro de Alfabetização, chamado MOBRAL, sob forma de projeto de Lei de nº 5.379, de 15 de dezembro do ano de 1967, a fim de minimizar o índice de analfabetos no país. Porém, esse projeto trazia como principal objetivo formar alfabetizados funcionais, ou seja, jovens e adultos que de alguma forma aprendiam escrever e ler, mas não tinham domínio do que escreviam e liam, Ainda assim acreditava-se estar contribuindo para inserção desse grupo na sociedade e permitindo-lhes melhores condições de vida. Porém a crise econômica dos anos 80 tornou impossível a permanência do projeto MOBRAL, que beneficiava a alfabetização de jovens e adultos, logo passou a ser mantida pela Fundação Educar, que não durou por muito tempo e logo deixou de acontecer.

No decorrer das décadas foram criados outros cursos como “OS SUPLETIVOS”, que sobrevivem até então. No governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA e depois no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, criou-se o PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO (PBA).

Alguns estudiosos na área dizem que, a única possibilidade de melhorar esses indicadores é respeitar as especificidades desses alunos, ou seja, quem são? De onde vem? O que o fez parar no meio ou no começo do caminho? Entre outras indagações, sobre as mesmas. Entre as dificuldades analisadas, estão: o currículo, muitas vezes adaptados dos conteúdos da escola regular, que não serve indiretamente para aquele indivíduo que já vem de outra carga, chamada trabalho; a formação inadequada dos docentes, que infelizmente por se tratar ao ensino de pessoas em defasagem escolar, geralmente são colocados docentes que nem conhece a palavra didática; a prática de convocar voluntários para exercer o ensino nesse processo de alfabetizar, infelizmente são apresentadas pessoas até que só concluíram o ensino médio na mesma modalidade que vão lecionar, simplesmente por arrumadinhos políticos; e a polêmica acerca da idade para matricular-se na EJA, que atualmente é de 15 anos e se esse jovem for um ajudante de seu pai na roça, com certeza, mais uma vez será excluído.

Há estudiosos que dizem que a Educação abre caminhos e transforma indivíduos, conforme apresenta Saltini (2008,p.29),nesses dizeres:

A educação abre caminhos e tornando-se gente, o indivíduo qualifica-se como um ser social pronto para contribuir para o seu país e também para a sociedade. Um ser livre que busca, critica, renova, entende, pensa e possui estrutura necessária para integrar-se à sua família e ao seu Estado. Enfim ele é um ser que se relaciona em cooperação e desafios principalmente em competições.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, diz assegurar a todos estudar tanto em escola particular quanto oficial, sem discriminação de qualquer espécie; portanto o direito do idoso à educação faz jus diante das legislações.

2.2-- A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Conhecer o procedimento da evolução do ensino da EJA no Brasil é de grande importância, pois como apresentam os anais, sobre as grandes reformulações dessa modalidade de ensino, que por ele se define para o trabalhador.

Desde a colonização portuguesa, que se teve início a inquietação para a escolarização de pessoas adultas no Brasil. Através de ação dos padres jesuítas com intuito de alfabetizar e catequizar os primeiros habitantes do Brasil, os povos indígenas. Dessa forma, proporcionava aos colonizadores um domínio territorial e a utilização do serviço local, conseqüentemente a aculturação dos povos nativos. Para maiores esclarecimentos vejamos o que diz Pilletti (1988):

A realeza e a igreja aliavam-se na conquista do Novo Mundo, para alcançarem de forma mais eficiente seus objetivos: a realeza procurava facilitar o trabalho missionário da igreja, na medida em que esta procurava converter os índios aos costumes da Coroa Portuguesa (PILLETTI, 1988, P.165).

É óbvio, que o pensamento não estava voltado em melhorar a vida dos nativos, nem tampouco fazê-los escritores ou mesmo bons leitores. Porém ainda assim trouxe alguns benefícios para aqueles povos. Todavia, os Jesuítas realizavam pregações católicas e o ofício voltado para educação.

De acordo com a história nos anos de 1808, acontecia a vinda da família real para o Brasil, havendo com isso mudanças referentes ao cenário da Educação Brasileira, tornando assim a necessidade de compor um sistema educacional voltado para aristocracia portuguesa, que tinham como objetivo organizar equipes para ocuparem novos cargos técnicos e burocráticos.

Daí surge a primeira escola noturna, no ano de 1854, pensada justamente em atender esse novo grupo de alunos, de acordo com o cenário atual. Vale salientar que nos seguintes anos foram crescendo o surgimento de novas escolas com a mesma modalidade, chegando aos anos de 1876 com um total de aproximadamente 117 escolas no Brasil.

Começa a ter início a industrialização e urbanização. Após a primeira Guerra Mundial originou-se uma nova burguesia urbana de fragmentos emergentes de uma burguesia pequena que reivindicavam o acesso à educação, esses segmentos aspiravam por uma educação acadêmica e elitista, enquanto o restante das pessoas permanecia analfabetas e inferiorizadas.

Ou seja, mesmo com a criação de novas escolas, ainda persistiam no país, como até então grande índice de pessoas não alfabetizadas.

Veio a Revolução de 1930, e com ela as grandes mudanças políticas e econômicas no país, transcorrendo um expressivo aumento na urbanização e industrialização, passando a exigir uma escolarização maior da população, principalmente de adolescentes e adultos, os quais não eram agraciados em políticas públicas, políticas essas que não lhes excluíram e não lhes ofereceram oportunidades de acesso à escola no tempo devido.

A partir do ano de 1934, a Educação Brasileira foi citada no corpus da Constituição Federal, nela rezava no Capítulo II do Artigo 150 que tratava da Educação e da Cultura, com base nesse documento a União apresentou um Plano Nacional de Educação, tomando como base formato para atender os graus e níveis de Ensino Fundamental e gratuito, com obrigatoriedade da frequência, inclusive dos adultos.

Logo a partir dos anos 1940, outras ações políticas e pedagógicas, como o Fundo Nacional de Ensino Primário- INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) que estimulava e realizava estudos na Área e ainda surgiram ações direcionadas ao ensino Supletivo, apareceu também a CEAA -

Campanha de Educação de Adolescentes, tal estudo se preocupava com a preparação do material didática para essa modalidade de estudante.

Em 1947 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), solicitou um Plano de Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos o qual foi aprovado. Campanha essa elaborada por Lourenço Filho, um educador angustiado com o social, teve sua participação frente ao movimento provocado por mobilização em benefício da educação de Jovens e Adultos no País. Nesse mesmo período aconteceu também o Primeiro Congresso Nacional de Educação de Adultos e Seminário Interamericano de Educação de Adultos, que nortearam importantes referências à EJA. Logo em seguida, veio o segundo Congresso Nacional de Educação.

Tivemos o I congresso Nacional de Educação de Adultos, e do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, ambos na década de 1940, nortearam importantes referências para a EJA. Veio então o II Congresso Nacional de Educação de Adultos que marcou grandes acontecimentos na área. Nesse contexto surgia ali a presença de Paulo Freire que, liderou uma pequena classe de educadores do Estado de Pernambuco, que propunha a defesa da Educação para Adultos, incentivando a decisão, a colaboração, a ação e a incumbência política e social. A filosofia de Paulo Freire começa ser estruturado no decênio de 1960, especificamente em 1962.

O pensamento de Paulo Freire, leva em consideração o espaço onde vive o educando, esse pensamento faz parte de uma interpretação crítica do mundo, fornecido através da teórica-metodológica em uma concepção autêntica, onde propõe a alfabetização de adultos. Nessa perspectiva, afirma Paulo Freire (1996), nesses dizeres seguintes:

Ensinar exige respeito aos “saberes dos educandos” de forma que educadores e escolas devam não somente respeitar os saberes trazidos pelas classes populares, os quais foram construídos socialmente na prática comunitária, mas também buscar o estabelecimento das razões de ser destes saberes com os conteúdos pela escola trabalhados (FREIRE, 1996, p.33).

Diante do exposto nesses dizeres, de Paulo Freire, fica claro que o meio onde habita o indivíduo pode contribuir com sua evolução escolar, através das influências do meio, seu conhecimento prévio e seus conhecimentos de mundo, e com isso os saberes se entrelaçam e favorecem o crescimento do aluno.

No ano de 1970 teve início o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que tinha como principal objetivo a estruturação do ser humano. Nesse período acontecia a Ditadura Militar (1964 a 1985), e surgia também o período histórico voltado para uma Educação direcionada para formar pessoas mais qualificadas. No decorrer do Governo Militar foi implantada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 5692/71. Essa tendo por objetivo organizar a educação de adultos através do ensino supletivo, com pretensões de escolarizar uma parte significativa da população possível a custos baixos, para atender às reivindicações de atividades de trabalho do período.

Nos anos de 1988, a EJA volta a ter avanços importantes, onde o artigo 208 da Constituição Federal garante “a Educação”, e essa passa a ser direito de todos, independentemente de idade, e nas disposições transitórias surgindo então metas e recursos orçamentários para que o analfabetismo volte a ser erradicado.

No Governo Federal, no ano de 2002, volta a lembrar da EJA, enfatizando que passa a ser responsabilidade dos estados e municípios, e não contempla o programa com os recursos federais, já que o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) era atribuído ao Ensino Fundamental, causando desconsideração a essa especificidade de ensino oriunda pela escassez de investimentos acessível.

Com a chegada da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBN de nº 9394/96 aprovada, decretou-se uma referência a cerca da EJA no Título III, artigos 4 e 5, trazendo assim um ganho bastante significativo para a educação dos adultos, reconhecendo essa modalidade de ensino. Nesse período o ensino da EJA voltou a ter prioridade para o Governo Federal em 2003, com metas para erradicar o analfabetismo e o Ministério da Educação lançou o Programa Brasil Alfabetizado

(PBA) que proporciona a jovens e adultos oportunidades de continuar seus estudos, em um período curto de tempo.

De acordo o Programa Brasil Alfabetizado, no ano de 2005 era desenvolvido em todo o território nacional o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Tais municípios receberam apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Podendo aderir ao programa por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal (BRASIL.2005, p. 23).

Vale salientar que o Programa Brasil Alfabetizados se pronuncia como um mecanismo de fortalecimento à Educação, considerado como entrada de impulsão para elevação, individual, social e coletiva, dos educandos num País onde as desigualdades socioeconômicas são empecilhos ao acesso de bens culturais e materiais para a sociedade.

Conforme avaliação, entendeu-se que o Programa Brasil Alfabetização estuda a implementação para os processos de avaliação e o acompanhamento das propostas pedagógicas com as quais mantém parceiras, contribuindo dessa maneira para haja a consolidação da educação.

2.3- POLÍTICA E EDUCAÇÃO

Em nosso País a Educação decorre por um sistema de ampliação quando nos referimos à oferta de vagas no entorno do ensino. Na contrapartida, em relação à EJA se lida com o abandono dos alunos, durante o período do curso nessa especificidade de ensino. Os alunos frequentadores da escola noturna são, em grande quantidade, trabalhadores que, devido várias circunstâncias vivenciadas no cotidiano, encontram dificuldades para ajustar o horário do trabalho aos estudos, motivação decorrente advinda dos conteúdos curriculares, e a própria escola que não considera suas práticas e experiências de vida, entre outras que acabam por levar o estudante a infrequência ou abandono de seus estudos.

Nesses termos, podemos apresentar a citação de Santos (2003), que diz assim:

Os alunos de EJA possuem no trabalho e na família a centralidade de suas vidas. Por este motivo, necessitam arcar com os custos objetivos e subjetivos bem altos e que por vezes implicam na permanência ou não nos estudos (SANTOS, 2003, p. 11-38).

Em verdade sabemos que os alunos da EJA são trabalhadores e a maioria das vezes iniciou o trabalho cedo, sendo obrigado a abandonarem os estudos, em outros casos alguns tinham e tem até que cuidar de irmãos menores para que seus pais trabalhassem, além de atividades que os impossibilitam de estudar. Sendo comum, em alguns locais eles realizarem várias atividades para aumentar a renda familiar: distribuir panfletos em sinais, fazer entregas, cuidar de crianças, lavar carros, trabalhar de ajudante na construção civil, entre tantas outras profissões que exigem muito esforço físico do mesmo, lhe causando um cansaço exagerado, tirando-lhes assim o prazer de continuar na sala de aula.

Outros motivos levam os jovens e adultos a ficarem de fora do método de escolarização, entre eles estão: impedimento de aprendizagem, problemas familiares, a não escolarização dos pais, motivos que influenciam o seu comprometimento e permanência na ação educativa Para essa reflexão vejamos o que nos diz Arroyo (2006):

[...] os jovens e adultos continuam vistos na ótica das carências escolares: não tiveram acesso, na infância e na adolescência, ao ensino fundamental, ou dele foram excluídas ou dele se evadiram; logo propiciemos uma segunda oportunidade. (ARROYO, 2006, p.23).

Observando essa situação, os educadores precisam perceber que os alunos da EJA são sujeitos necessitados de educação no seu mais amplo sentido que deverá estar vinculado às instruções que demanda a atual sociedade, para que consigam ser cidadão de direitos e de fato. Por esses terem sido atingidos pelo insucesso ou fracasso escolar, e acabaram por se tornar inseguros, apresentando assim uma

autoestima baixa. Logo nesse contexto, seja qual for a decepção, por minúscula que for, leva-o novamente a desistir de seus estudos.

Todavia é notório que o problema dessa evasão ultrapasse questões familiares e escolares, uma vez que a estrutura política e econômica corrente no Brasil afaste do método de escolarização um número considerável de alunos advindos de população de classes inferiores. Nesses termos enfatiza Freire (1996) que “... *a educação não pode ser concebida sem uma tomada de posições política por educadores*”.

É notório que as decisões políticas continuam negando aos educandos as possibilidades de possuírem uma Educação libertadora, que possam transformar o indivíduo e o meio que ele está inserido, pois ser liberto enquanto um indivíduo letrado não representa apenas saber ler e escrever, mas também compreender o mundo em sua volta e interpretá-lo conforme suas circunstâncias.

Na história da educação está inserida como apolítica, preservando uma partição entre conscientização e conhecimento, devido estarmos inseridos em uma sociedade de classes, na qual as dominantes continuamente conduzem o processo educativo, enquanto que os dominados permanecem sendo administrados conforme a vontade desse grupo “os dominantes”. Logo pontuamos que no Brasil, a educação por longo tempo, ficou a mercê das elites, e que a primeira preocupação dessas, era manter seus status, tomando para si a escolha de que as classes populares deveriam ser escolarizadas ou não.

Ainda segundo Paulo Freire, a Educação “*é um ato político e se a educação sempre ignorou a política, a política nunca ignorou a educação, e sempre procurou utilizá-la para manutenção de seus interesses*”. Visto nesse contexto que, a incumbência do especialista da educação com a sociedade deve ser capaz de refletir e agir, daí podemos considerar a educação como princípio de transformação da sociedade.

Freire (2000) em sua análise destaca que:

A educação passa a ter sentido ao ser humano porque o seu existir se caracteriza como possibilidade histórica de mudanças. Somos ou nos tornamos educáveis porque, ao lado da constatação de experiências negadoras da liberdade, verificamos também ser possível a luta pela liberdade e pela autonomia contra a opressão e o arbítrio (FREIRE, 2000, p. 121)

A reflexão de Paulo Freire é bastante pertinente ao relatar que a educação como modo de mudança social, visa sempre à libertação, à transformação da realidade, que possa permitir aos indivíduos uma ampla visão crítica da realidade, precisamente, que a aprendizagem seja expressiva, para que o aprendizado da escrita e da leitura oportunize os educandos se tornarem partes de sua própria história. Desse modo destacamos o ato de conhecer.

Sobre essa questão do ato de conhecer, afirma mais uma vez Paulo Freire (2000), em sua fala quando expõe que:

O próprio fato de tê-lo reconhecido como tal me obrigou a assumir em face dele uma atitude crítica e não ingênua. Essa atitude crítica, em si própria, implica na penetração na “intimidade” mesma do tema, no sentido de desvelá-lo mais e mais. Assim, [...] ao ser a resposta que procuro dar ao desafio, se torna outro desafio a seus possíveis leitores. É que minha atitude crítica em face do tema me engaja num ato de conhecimento (FREIRE, 2000, p. 86).

Conforme Freire (1996, p.112) ***“o núcleo fundamental onde se sustenta o processo de educação seria o inacabamento ou a inconclusão do homem”***. Em conformidade com Freire, o indivíduo não é um ser acabado e pronto, mas inacabado e passivo de mudanças, por isso procura se educar. Logo, o educador deve guiar seus alunos a fazerem leituras de seus ambientes históricos e sociais, seus universos, suas memórias e sua vida integral, sendo dois elementos básicos nesse processo: “O diálogo e a conscientização”.

3- PRESSUPOSTOS METODOLÓGICO-ANALÍTICOS

A pesquisa apresentada, quanto aos procedimentos técnicos, é de caráter bibliográfico, utilizando-se do método monográfico e realizada de forma descritiva e explicativa, através de pesquisas em sites e leituras de escritores que se fundamentaram sobre a temática, a fim trazer mais esclarecimentos sobre a questão da qualidade do ensino da EJA no nosso país.

Quanto à metodologia, o trabalho em mãos faz a opção pelo método monográfico. Esta opção se justifica porque o método escolhido permite uma maior amplitude de conhecimentos específicos da temática, como também oportuniza mais esclarecimentos sobre estudos voltados a cerca do assunto.

A pesquisa utilizar-se-á de buscas através de sites, documentários, leituras de livros voltados ao tema, como a Constituição, LDAB, Estatutos do Jovem e Adolescente, entre outros. Estas ferramentas permitiram um conhecimento, consolidado ao longo das últimas décadas a cerca de uma consciência social do direito à Educação na infância, mas ainda não construiu uma cultura do direito à Educação ao longo de toda a vida. Logo, não é incomum que pais com baixa escolaridade lutem para que os filhos tenham acesso a um ensino de qualidade, sem reivindicar para si mesmos o direito que tiveram violado. Tampouco é raro que pessoas com escolaridade elevada permaneçam alheias ao fato de que estão cercadas por adultos que a pobreza e o trabalho precoce afastaram da escola, ou que têm precário manejo da leitura, da escrita e do cálculo matemático.

Tomando como base ao que chamamos de direito à educação, pelo que está escrito nas leis voltadas para tal, ainda se percebe certos descasos com a mesma, todavia trago para esta pesquisa a observação dessa modalidade de ensino da EJA, que nem sempre é valorizada visto assim ,essa pesquisa traz como percurso a percepção da qualidade de o ensino da EJA, os desafios que ela passou, seu desenvolvimento, sua melhoria no decorrer dos anos da existência desse modelo de ensino.

Desse modo essa pesquisa tomou como direcionamentos um caráter qualitativo, pensando na necessidade e condições de aprendizagens dos jovens e adultos, uma vez que por serem reconhecidos pela legislação, prevê-se a oferta regular de ensino noturno, como também, pensa-se numa contextualização do currículo e das metodologias mais flexíveis, sendo observada a necessidade de aceleração de estudos, como também as possibilidades de certificação por meio de exames, tudo isso voltado para o princípio da aceleração de estudos.

A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, criada em 1996, já previram o direito aos jovens e adultos ao Ensino Fundamental, obrigando inclusive aos poderes públicos ofertá-lo, que logo em seguida uma Emenda Constitucional em 2009, ampliou esse direito para também o ensino médio, dando assim mais oportunidades a esse grupo de estudantes.

O material documentado, bem como as respectivas análises, será organizado em relatório de pesquisa componente do estudo monográfico que se pretende construir ao finalizar a mesma.

4-CONCLUSÃO

O conhecimento é algo que se absorve e carrega por toda existência, logo quando sendo especializado transita entre diferentes áreas do saber, inclusive podendo ser registrado em diferentes formas gráficas e/ou expressões, quer seja em dicionários especializados, enciclopédias ou em quaisquer outros objetos que envolvam Língua, Linguagem e Existência, ou em sua representação lexicográfica em que se utiliza de vários instrumentos para transmitir e ao mesmo tempo receber conhecimentos, que tem como objetivos ampliar habilidades, valorizar os conhecimentos prévios de os indivíduos e ainda fazer esse indivíduo perceber a importância da leitura e da escrita em sua vida e principalmente na busca de novos espaços sociais e trabalhistas.

Perceber a Língua como um elemento natural nosso que só precisa ser melhorada para quem se utiliza dela e com base no pressuposto de que são produzidas

diferentes formas de ler e escrever o mundo e para vida, presumo que esse objeto, propõe-se ao estudo e análise dos aspectos que envolvam as diversas representações de leituras e escritas que venham beneficiar, principalmente o aluno(a) do ensino da EJA, afim de diminuir as barreiras que um dia lhe distanciou dos estudos no tido como certo.

Apesar de várias tentativas, projetos e mais projetos, criações de LEIS, passaram-se décadas e até a presente data o Brasil ainda apresenta um grandioso índice de pessoas não alfabetizadas, que nem mesmo sabem escrever o próprio nome. O que mais revolta, é que não se está falando de idosos, mas jovens e adultos que se perderam no caminho da escolarização por muitas vezes precisar escolher até entre a escola e o trabalho para sobreviver. Vergonhosamente ainda somos em média cerca de 11 (onze) milhões de analfabetos, em pleno século 21(vinte e um), que cria novas escolas, com novas modalidades de ensino, como a exemplo as CIDADÃS TÉCNICA, que diz formar cidadãos críticos e conscientes, protagonistas de suas histórias e projetos de vidas.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade que dispõe como propósito assegurar o direito à educação para os que não dispuseram no momento oportuno aos estudos na idade devida. Assim sendo, os indivíduos com diferentes idades, raça, gênero e cultura, podem se utilizar desse direito.

Encontra-se também no ensino da EJA, alunos considerados de terceira idade, de até 60 anos ou mais. Na maioria das vezes acontecem dentre das comunidades religiosas ou espaços cedidos para executar o ensino. Porém, pode-se dizer que a escola para os idosos é muito importante, isso está representado pela frequência nas salas de aulas, logo entendemos que para esses recuperar o tempo perdido é fundamental, melhora a autoestima, causa-lhes satisfação e os mesmos se sentem integrados de verdade na sociedade.

Logo, o Ensino da EJA não pode ser visto apenas COMO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL, mas como modalidade de ensino que possa incluir aquele jovem ou adulto, que por razões individuais se fez excluir de seus direitos na idade e

série de acordo com as leis da publicação da Constituição Federal (BRASIL, 2012), oportunizando as pessoas com pouca escolaridade em garantia, obrigatoriedade e gratuidade de acesso ao ensino e a LDB, que também garante e obriga aos municípios e estados oferecer essa modalidade de ensino com qualidade. Assim, os desafios vivenciados pelos indivíduos iletrados no decorrer de sua existência, favorecem o retorno à escola, tornando, pois, que este seja um dos caminhos favoráveis da inclusão. As metodologias ativas são as mais indicadas para o Ensino EJA, como por exemplo a aprendizagem compartilhada, pois envolve a estimulação dos processos de ensino em pares, nos quais os alunos têm a oportunidade de ensinar algo aos colegas, enquanto ele aprende também, e esse tipo de prática pedagógica favorece a construção de um ambiente mais acolhedor, colaborativo e empático.

O Ensino da EJA é considerado um Programa Governamental de maior relevância entre todos que foram criados nas perspectivas de alfabetização/escolarização de jovens e adultos fora de suas idades séries/ anos escolares.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 26ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Autonomia.** 31º ed. RJ: Paz e Terra, 2000.

PILETTI, N. **Psicologia Educacional.** São Paulo: Ática, 1988.

SALTINI, CLÁUDIO. **Afetividade e inteligência**. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

ARROYO, M. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, Nilma Lino e SOARES, Leônicio (Orgs). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. (2005). Parecer CNE/CP n.º5, de 13 de dezembro de 2005. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/>>. Acesso em: 02 fev. 2019. IBGE/INEP. *Analfabetismo no Brasil*. Disponível em: <<http://www.portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

SANTOS, G. L. **Quando adultos voltam para a escola: o delicado equilíbrio para obter êxito na tentativa de elevação da escolaridade**. In: SOARES, Leônicio (Org.). *Aprendendo com a diferença – estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 julho de 2000: Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, CNE/CEB, 2000. _____. **Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010**: Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.

MEC/CNE/CEB, 2010. **Conceito de pedagogia progressista**. Disponível em: _____. Acesso em: 03.10.2017. DI PIERRO, Maria Clara. VÓVIO, Cláudia Lemos. ANDRADE, Eliane Ribeiro. *Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática*. Brasília:

UNESCO, 2008. FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. _____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo:

Editora UNESP, 2000. II CONED: Subsídios às discussões preparatórias do II Congresso Nacional de Educação. Belo Horizonte, MG, 1997.

HADDAD, Sergio. Estado da arte da Educação de Jovens e Adultos. 23ª reunião anual da ANPED. Caxambu/MG, 2000. IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015. Disponível em: . Acesso em: 04.10.2017. LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. Tendências da educação brasileira.